

ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: nº 021/2018. **MODALIDADE:** Pregão Presencial nº 015/2018.

TIPO: Menor Preço – Item

1. PREÂMBULO

- **1.1. O MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG**, por intermédio do Pregoeiro Rinaldo Nicodemos Teixeira e Equipe de Apoio, realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, tipo **menor preço item**, sendo regido pela Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93.
- **1.2.** Esta licitação tem como fundamento a Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e visa principalmente o disposto no Art. 3°: "...garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".
- **1.3.** Local, data de Entrega da documentação e Sessão de Pregão: Prefeitura Municipal de Pimenta Departamento de Compras e Licitações Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, Telefone (37) 3324-1057, às 13:00 horas do dia 28/05/2018, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente naquela data.

1.4. Integram o presente edital:

ANEXO I	Declaração não possuir servidor público
ANEXO II	Modelo de carta de credenciamento
ANEXO III	Modelo de declaração – Inciso V, Art. 27 da Lei 8.666/93
ANEXO IV	Declaração de inexistência de fato impeditivo da Habilitação
ANEXO V	Declaração de enquadramento como ME e/ou EPP
ANEXO VI	Declaração de cumprimento dos requisitos do Edital
ANEXO VII	Minuta do contrato
ANEXO VIII	Modelo da proposta
ANEXO IX	Termo de referência – teto máximo
ANEXO X	Declaração da Opção da Qualificação Econômica e Financeira
ANEXO XI	Demonstrativo de índices
ANEXO XII	Relação de itens

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1 Constitui objeto do presente certame a Aquisição de Um Veículo com Recurso da Emenda Parlamentar Proposta n°. 10449.004000/1160-03 para Aquisição de Equipamento/Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde "Saúde e Bem Estar", "Saúde e Bem Viver" e "Vida e Saúde" do Município de Pimenta/MG, conforme especificações contidas no Anexo IX e Anexo XII deste Edital.
- 2.2 Do Detalhamento do Objeto e do teto máximo de preços



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@amail.com

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	UNID MEDIDA	QUANT	VALOR
01	Veículo de Passeio 0 Km / 05 Lug / Mínimo de 106 CV / Direção Elétrica Progressiva / Câmbio Manual 5Velocidades.	de 02 Airbags / Controle de Estabilidade / Capacidade do Porta Malas Mínimo de 460 Litros / Travamento Elétrico nas 04 Portas / Transmissão Manual Mínimo 06 Velocidades(5 à Frente e 01 à Ré) / Direção Elétrica Progressiva / Mínimo de 04 Portas Laterais / Banco do Motorista com Ajuste de Altura / Capacidade Para 05 Passageiros Incluindo o Motorista / Cintos de Segurança Traseiros Central de Três Pontos / Ar Condicionado / Desembaçador Traseiro / Jogo de Tapetes Emborrachados / Mínimo de 04 Alto Falantes e 02 Tweeters / Trava Elétrica na Tampa do Combustível / Sistema de Som com Rádio FM, Bluetooth, MP3 Player e Entradas USB e Aux-in / Computador de Bordo / Totalmente Regularizado e Matriculado Junto ao DETRAN / Garantia Mínima de 12 Meses, sem Limite de Quilometragem / Literatura: Manual de Operação e Manutenção, Catálogo de Peças, Manual de Segurança, Manual do Proprietário, Manual de Serviço.	Unid.	1	R\$62.512,00
		VALOR	MEDIO ES	TIMADO	R\$62.512,00

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1** Poderão participar do certame quaisquer interessados, cujo objeto social da empresa abranja o desta licitação e que comprovem, na fase de habilitação, possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital.
- **3.2** Estão impedidos de participar direta ou indiretamente deste certame:
 - 3.2.1 As empresas:
 - a) Estrangeiras que não funcionem no país;
 - b) Que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - c) Que tenham sido declaradas impedidas ou inidôneas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
 - d) Suspensas de contratar com a o Município de Pimenta;
 - e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
 - f) Pessoas físicas; Servidor, dirigente ou responsável pela licitação no âmbito do Município de Pimenta;
- **3.3** A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 No local, data e hora indicados neste edital, será realizado o credenciamento dos interessados, quando serão entregues os envelopes com a documentação exigida para o certame.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

4.2 A documentação de credenciamento deverá ser apresentada preferencialmente lacrada, trazendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

- **4.3** Deverão ser apresentados OBRIGATORIAMENTE os seguintes documentos:
 - 4.3.1 Para identificação do **representante**, deverá ser apresentado pelo menos um dos seguintes documentos:
 - **a)** Procuração particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO do representante legal; ou
 - **b)** Carta de credenciamento, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO do representante legal; ou
 - c) Procuração por instrumento público, estabelecendo poderes para representar o licitante expressamente quanto à formulação de propostas e a praticar todos os demais atos inerentes ao pregão;
 - d) O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo
 - 4.3.2 Para identificação da **empresa**, deverá ser apresentado pelo menos um dos seguintes documentos:
 - a) Registro comercial, em caso de empresa individual; ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
 - **b)** Quando a licitante for representada por sócio ou pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, este deverá comprovar esta capacidade jurídica, não sendo necessário apresentar os documentos do item "4.3.1".
- 4.4 Declaração de cumprimento dos requisitos do Edital em acordo com a Lei 10.520/02, art. 4° inc. VII (Anexo VI);
- 4.5 Cédula de identidade ou equivalente do representante da licitante presente à sessão;
- 4.6 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que deseje gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar:
 - 4.6.1 Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, conforme o caso, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, datada no máximo de 60 dias, ou,
 - 4.6.2 Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, datada no máximo de 60 dias, ou,



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48 Email: licitapta @gmail.com

- 4.6.3 Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada da Declaração de microempreendedor individual, datada no máximo de 60 dias, ou ainda:
- 4.6.4 Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada da documento legal hábil à comprovar a condição ME ou EPP, datada no máximo de 60 dias.
- 4.7 A não apresentação dos documentos para credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se na sessão de lance, contudo, poderá propor recurso contra as decisões tomadas na sessão presencial do Pregão, nos termos do inciso XVIII do art. 4º da Lei 10.520/02.
- 4.8 Na fase de credenciamento, a apresentação do Registro comercial, do Ato constitutivo, do Estatuto ou do Contrato social se apresenta apenas como documento legal hábil a certificar que o representante presente a sessão está apto a representar a licitante no certame licitatório, em especial na apresentação de lances verbais, não havendo conferência da compatibilidade entre o objeto social da empresa licitante e o objeto do certame, que somente será realizado na fase de habilitação.

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A proposta de preço deverá ser apresentada em envelope lacrado e rubricado, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:

- **5.2** As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, e entregues da seguinte forma:
 - 5.2.1 Impressa em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e
 - 5.2.2 A proposta escrita, deverá apresentar <u>expressamente a marca e modelo</u> <u>do veículo</u>, sob pena de desclassificação, fazendo-se acompanhar da Ficha Técnica/catalogo/folder da marca do equipamento onde reste demostrado toda a ficha técnica do veículo para aferição do objeto.
 - 5.2.3 O veículo, objeto desta licitação, deverá ser entregue em estrito acordo com as condições estabelecidas, normas da ABNT e demais normas e legislações pertinentes.
- **5.3** Para a validade das propostas, as mesmas deverão obrigatoriamente, além dos requisitos exigidos acima, conter:
 - **5.3.1** Nome, número do CNPJ, endereço, e meios de comunicação à distância do licitante:
 - **5.3.2** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

- 5.3.3 Conter a descrição detalhada dos itens e respectivos preços em valor unitário e total para o objeto da licitação, conforme modelo constante do Anexo VIII. em moeda corrente nacional:
- **5.3.4** Prazo de entrega do objeto, conforme estabelecido no Anexo XII (Objeto), Anexo IX (Termo de Referência) e Anexo VII (Minuta do Contrato);
- **5.3.5** Condições de Pagamento, conforme estipulado no edital;
- **5.3.6** Para elaboração da proposta de preço, deverá ser observado o <u>teto máximo</u> <u>para preços unitários e totais</u>, definidos no Termo de Referência anexo a este edital.
- 5.3.7 Declaração de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino para a entrega, cargas e descargas, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a entrega do objeto da presente licitação na sede urbana do município de Pimenta/MG.
- **5.4** Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que não estejam ressalvados.

5.5 Os critérios de julgamento e aceitabilidade da proposta são:

- 5.5.1 Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o MENOR PREÇO POR ITEM;
- 5.5.2 O Pregoeiro não aceitará proposta com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aquela que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprobatória de que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
- 5.5.3 Os preços unitários, subtotais e totais deverão ser expressos em reais, com até 02 (duas) casas decimais, sob pena de serem arredondados para baixo.
- **5.5.4** Os preços apresentados devem refletir os de mercado e compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, fretes, seguros e etc.
- **5.5.5** Não serão aceitos preços que ofereçam vantagens baseadas nas ofertas dos demais concorrentes, os excessivos ou os inexequíveis.
- **5.5.6** O preço máximo para o objeto deste certame e que a Administração Pública pretende pagar é o constante no preço de referência anexo do presente edital.
- 5.5.7 Na hipótese do licitante apresentar proposta com preço superior ao definido no Termo de Referência, será questionado sobre eventual erro quando da elaboração da proposta, oportunidade em que poderá adequar a proposta ao teto máximo do Termo de Referência, apresentando lances na sessão.
- **5.5.8** O ônus da prova da exequibilidade do preço incumbe ao autor da proposta, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação.

6 DA HABILITAÇÃO

6.1 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope lacrado e rubricado, trazendo em sua parte externa os seguintes dizeres:



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@amail.com

ENVELOPE Nº 03 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:.....PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA/MG PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 021/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

6.2 Constar OBRIGATORIAMENTE o seguinte para a licitante pessoa jurídica:

6.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei Federal 8.666/93):

6.2.1.1 Registro comercial, em caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando a licitante for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica.

6.2.2 DA REGULARIDADE FISCAL (Art. 29 da Lei federal 8.666/93):

- **6.2.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;
- **6.2.2.2** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- **6.2.2.3** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - 6.2.2.1.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal:
 - 6.2.2.1.2 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
 - 6.2.2.1.3 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente.
- **6.2.2.4** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS.
- **6.2.2.5** Prova de regularidade trabalhista, mediante certidão negativa ou negativa com efeitos de positiva emitida pela Justiça do Trabalho, na forma dos artigos 27, inciso IV, e 29, inciso V, da Lei 8.666/93.
- **6.2.2.6** Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Habilitação, em conformidade com o Artigo 87 da Lei nº. 8666/93 e alterações (Anexo IV).
- **6.2.2.7** Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme inciso V, art. 27 da Lei 8.666/9, conforme Anexo III.
- **6.2.2.8** Declaração de não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo vedado pelo Art. 9º da Lei 8666/93, conforme Anexo X.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

6.2.2.9 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que deseje gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, na fase de habilitação e que não tenha apresentado a documentação constante do item 4.6 deste edital na fase de credenciamento, deverá apresentá-la. A não apresentação será entendida que o licitante optou por não usar os benefícios da referida Lei Complementar.

6.2.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 da Lei 8.666/93):

6.2.3.1 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

6.2.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA (Art. 31 da Lei 8.666/93):

- **6.2.4.1** Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.
- **6.2.4.2** Demonstração da boa situação econômica financeira da licitante que poderá se dar de uma das seguintes formas a ser indicada pelo licitante nos termos da **Declaração do anexo X**:
 - **6.2.4.2.1** <u>Comprovação de capital</u> mínimo correspondente à 10% (dez por cento) do valor global estimado da contratação que será aferido com a análise do contrato social e alterações, ou documento equivalente; <u>ou</u>
 - **6.2.4.2.2** <u>Comprovação de patrimônio líquido</u> mínimo correspondente à 10% (dez por cento) do valor global estimado da contratação que será aferido com a apresentação c dBalanço Patrimonial do exercício já exigível; **ou**
 - **6.2.4.2.3** Comprovação da boa situação econômica e financeira com a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente assinado pelo profissional responsável pela contabilidade da empresa licitante, consubstanciada nos seguintes índices:
 - Índice de Liquidez Corrente (ILC) Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

ILC=AC PC

II. Índice Liquidez Geral (ILG) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

ILG= AC+RLP PC +ELP

III. Solvência Geral - Igual ou maior a 1,0 calculado pela fórmula:

SG=AT PC +ELP

IV. Endividamento Geral - Igual ou menor a 0,8 calculado pela fórmula:

EG: PC+ELP AT

V. Siglas:



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48 Email: licitapta @amail.com

AC = Ativo Circulante - PC = Passivo Circulante / RLP = Realizável a Longo Prazo - ELP = Exigível longo prazo / SG = Solvência Geral - AT = Ativo Total

- **6.2.4.2.3.1** Os balanços e os demonstrativos dos Índices acima deverão ser assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, indicando o número e folhas do Livro Diário do qual foram transcritos os balanços.
- **6.2.4.2.3.2** As S/A's deverão apresentar cópia do balanço publicado e as Limitadas deverão apresentar Balanço do qual conste, expressamente o número de folhas do Diário em que se ache transcrito e certificado por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.
- **6.2.4.2.3.3** Os balanços referentes as S/A's deverão estar publicados no Diário Oficial. O descumprimento deste item leva a inabilitação da Licitante.
- **6.2.4.2.3.4** O MEI Micro Empreendedor Individual deverá apresentar o balanço e demonstrativos dos índices contábeis com a qualificação econômica e financeira exigida, sob pena de inabilitação, especialmente porque a Lei de Licitações prevalece sobre outras normas, em razão do princípio da especialidade.
- **6.2.4.2.3.5** As licitantes classificadas como Micro empresas e empresas de pequeno porte, não poderão, para fins da comprovação dos índices de qualificação econômica e financeira, substituir os balanços pela Declaração Anual de Imposto de Renda, especialmente porque a Lei de Licitações prevalece sobre outras normas, em razão do princípio da especialidade.
- 6.2.4.2.3.6 Para fins de comprovação dos índices acima a empresa proponente poderá, para fins de facilitar o trabalho de análise na sessão de licitação, apresentar Demonstrativo da Boa situação Econômico-financeira (conforme Anexo X) elaborado pelo contador, onde demonstre claramente as operações que foram realizadas para apresentação do resultado, não sendo aceitos somente os balanços para comprovação dos índices.

7 DO PROCEDIMENTO

7.1 A licitação se procederá em três fases: credenciamento, proposta de preços e habilitação.

7.2 Do credenciamento:

- 7.2.1 No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento da documentação, devendo ficar comprovado, no momento do credenciamento, que o interessado ou seu representante legal possui os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- 7.2.2 O pregoeiro poderá prorrogar o início da sessão por até 15 minutos. Depois de finalizada a fase de credenciamento, nenhum dos envelopes acima citados será recebido pelo Pregoeiro, pelo que se recomenda que todos os interessados em participar da licitação estejam no local designado 15 (quinze) minutos antes do referido horário.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

- **7.2.3** Aberta a sessão, os interessados entregarão ao pregoeiro os documentos e envelopes de credenciamento, proposta de preços e habilitação.
- 7.2.4 O pregoeiro procederá à abertura do (s) envelope (s) contendo os documentos de credenciamento. Serão consideradas credenciadas e aptas a participar da fase de abertura das propostas de preços as empresas que atenderem ao exigido no edital.
- **7.2.5** As licitantes descredenciadas ficarão impedidas de se pronunciarem, apresentarem lances, participando apenas como ouvinte das fases seguintes do certame, salvo quanto ao direito de petição definido no item 7 deste edital.
- **7.2.6** O pregoeiro analisará a proposta de preços da empresa cujo representante foi descredenciado e, tendo sido esta formulada por representante com poderes, será recebida, sem, no entanto poder formular lances.

7.3 Das propostas de preços:

- 7.3.1 Após a fase de credenciamento, o pregoeiro passará à abertura dos envelopes de proposta de preços, quando será classificada a empresa que apresente a proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à menor.
- 7.3.2 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, além da primeira colocada, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- **7.3.3** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- **7.3.4** O pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- **7.3.5** Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 7.3.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **7.3.7** A licitante poderá apresentar lance verbal inferior ao seu último valor, mesmo que não supere o do primeiro colocado.
- **7.3.8** Será considerada finalizada a fase de lances quando consultados pelo pregoeiro, nenhum licitante desejar apresentar novo valor, podendo qualquer dos licitantes reduzir o seu próprio preço até esse momento.
- **7.3.9** Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **7.3.10** O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- **7.3.11** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.3.12 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO ITEM como determinado no Anexo XII.

7.4 Da fase de habilitação:



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@amail.com

- **7.4.1** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação desta, para confirmação das condições habilitatórias.
- 7.4.2 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será considerada habilitada e declarada vencedora e, caso não haja manifestação de intenção de recurso por parte de quaisquer das interessadas, ser-lhe-á adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.
- 7.4.3 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, atendidas as disposições do subitem anterior.
- **7.4.4** Como condição para celebração do Contrato, a licitante Vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- 7.4.5 Não havendo intenção de interposição de recurso, as empresas poderão retirar os documentos de habilitação depois de finalizada a sessão. Havendo recurso, o pregoeiro manterá em seu poder os envelopes das demais licitantes contendo os "Documentos de Habilitação" até a decisão final.
- **7.4.6** Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, sendo esta assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8 DO DIREITO DE PETIÇÃO

- **8.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.
- **8.2** O (s) recurso (s), que não terá (ão) efeito suspensivo, será ão) dirigido (s) à autoridade superior, Chefe do Poder Executivo, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhálo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.
- **8.3** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **8.4** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a presente licitação para determinar a contratação.
- **8.5** A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) na sessão ou a não entrega das razões do recurso no prazo designado importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao respectivo vencedor.
- **8.6** O Pregoeiro poderá no ato de interposição do recurso, exercer juízo de admissibilidade, recebendo ou não o apelo, motivadamente.

9 DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

9.1 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, conforme o caso, dentro do prazo de dois dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666/93 e deste edital.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48 Email: licitapta @gmail.com

10.1 As licitantes que direta ou indiretamente retirarem sua proposta comercial, seja integral ou parcialmente, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, incorrerão em multa equivalente à 10% do valor de sua proposta comercial.

- **10.2** As licitantes vencedoras que, convocados para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, não assinarem o respectivo instrumento jurídico, estarão sujeitos á aplicação de multa equivalente à 10% do valor adjudicado.
 - **10.2.1** Incorrem na mesma penalidade do item anterior, o adjudicatário que, na data de assinatura do instrumento jurídico respectivo, deixar de cumprir exigências e condições específicas para a celebração do ato.
- **10.3** Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os Contratos/Ata de Registro de Preços celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as sanções legais:
 - 10.3.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 86 da Lei 8.666/93:
 - 10.3.1.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por ocorrência;
 - 10.3.1.2 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por ocorrência, que poderá ser aplicado com a rescisão contratual;
 - 10.3.2 Ficam estabelecidas as seguintes sanções e percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento de cláusulas contratuais, obrigações assumidas e/ou atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93:
 - 10.3.2.1 advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;
 - **10.3.2.2** multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:
 - 10.3.2.2.1 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
 - 10.3.2.2.2 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, acrescido da multa constante da alínea "a" do inciso II do artigo 20 do Decreto Municipal nº 1.672/2016, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.
 - 10.3.2.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@amail.com

- 10.3.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **10.4** Aplica-se no que couber, além das sanções do Decreto 1.672/16, as sanções administrativas previstas na Seção II, Capitulo IV da Lei 8.666/93, bem como as penalidades previstas Seção III, Capitulo IV da Lei 8.666/93.
- **10.5** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- **10.6** A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Pimenta, via Setor de Tributação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Município de Pimenta.
- **10.7** O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Município de Pimenta, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 10.8 A vencedora que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços ou celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata de registro de preços ou do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Pimenta e será descredenciada do CRC Municipal, pelo período de 05 anos, se credenciada for, sem prejuízo das multas previstas neste edital e nas demais cominações legais cabíveis, inclusive as penalidades previstas no Decreto 1.672/2016.
- **10.9** As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- **10.10** Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

11 DO PAGAMENTO, DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO.

- **11.1** O Município de Pimenta pagará à licitante vencedora o valor constante na sua proposta de preços, considerados os eventuais lances verbais que forem apresentados, nestes já consideradas todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc).
- **11.2** As despesas decorrentes da presente licitação correrão com Recurso da Emenda Parlamentar Proposta n°. 10449.004000/1160-03 a conta da seguintes dotações orçamentárias consignada no Orçamento do Município no exercício em curso: Ficha 480 02.06.02.10.301.0009.2076.4.4.90.52.00 Fonte de Recurso 1.53.00
- **11.3** O preço do objeto da presente licitação poderá ser alterado, nos casos de fatos imprevisíveis, previsíveis, mas de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe para manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato.
- **11.4** Para que se delibere quanto ao equilíbrio econômico financeiro, a contratada deverá encaminhar, ao Prefeito Municipal, ofício solicitando a alteração de preços juntamente com documentação comprobatória e hábil para verificação do desequilíbrio econômico financeiro.
- **11.5** É facultado ao Município, antes da apreciação do pedido de realinhamento, verificar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.
- **11.6** O preço dos itens da presente licitação será fixo e irreajustável.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@amail.com

12 DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES À LEI COMPLEMENTAR 123/2006

- 12.1 Da identificação da microempresa ou EPP:
 - 12.1.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração preferencialmente em separado dos demais envelopes, de enquadramento no art. 3º da LC n.º 123, de 2006, conforme modelo Anexo V deste Edital.
 - 12.1.2 A não entrega da Declaração referida no subitem 12.1.1 deste Edital indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na LC n.º 123, de 2006.
 - 12.1.3 Caso seja apresentada a declaração a que se refere o item 11.1.1 somente junto à documentação de habilitação, o licitante não terá direito aos benefícios da fase de lances (art. 44 e 45, LC 123/2006), mas manterá os demais direitos (art. 43).

12.2 Dos benefícios referentes à fase de lances:

- 12.2.1 Após encerrada a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 12.2.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 12.2.3 Para efeito do disposto no subitem 11.2.1, ocorrendo o empate, procederse-á da forma definida na Lei Complementar n. 123/06 e alterações posteriores.
- 12.2.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na lei, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor nova proposta.
- 12.2.5 O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 12.2.6 Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.3 Dos benefícios referentes à regularidade fiscal:

- 12.3.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 12.3.2 No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte e apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua declaração como licitante vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação.
- 12.3.3 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do respectivo Contrato, ou revogar a licitação.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@amail.com

13 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 13.1 O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:
 - 13.1.1 Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 Instituto do Pregão;
 - 13.1.2 Decreto nº 3.555, de 08.08.2000, e alterações posteriores Regulamento do Pregão;
 - 13.1.3 Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores Lei de Licitações;
 - 13.1.4 Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores;
 - 13.1.5 Decreto Municipal nº 1.159/2013 e Decreto Municipal n. 1.672/2018;
 - 13.1.6 Demais exigências deste Edital e seus Anexos.

14 DA PUBLICIDADE

14.1 O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial da União – DOU, Imprensa Oficial de Minas Gerais – IOF e Jornal "O Tempo" nos termos da Lei nº 10.520/2002, como também, no quadro de avisos da Prefeitura e disponibilizado por meio eletrônico através do e-mail: <u>licitapta@gmail.com</u>.

15 DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 15.1 Dos pedidos de esclarecimentos:
 - 15.1.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por telefone (37) 3324-1057, ou por meio eletrônico <u>licitapta@gmail.com</u>.
- 15.2 Das impugnações:
 - 15.2.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública deste Pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório respectivo, mediante registro da petição impugnatória junto ao Departamento de Compras e Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal de Pimenta.
 - 15.2.2 O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
 - 15.2.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame.

16 **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 16.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos.
- 16.2 As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.3 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Chefe do Executivo.
- 16.4 O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 16.5 Todos os representantes das licitantes deverão permanecer na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

- 16.6 O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 16.7 Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros formais na proposta ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos das demais licitantes.
- 16.8 A cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome do representado, desde que autorizado por documento de habilitação legal, vedada a participação de qualquer interessado representando mais de um licitante. Referido representante poderá ser acompanhado por outras pessoas, que poderão assessorá-lo, sendo vedada a manifestação de qualquer natureza por essas outras pessoas.
- 16.9 Os documentos apresentados na licitação poderão ser apresentados através de qualquer processo de cópia, desde que autenticados por cartório competente, ou por cópias juntamente com as originais, e que, após devidamente comprovadas pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, farão parte do processo licitatório.
- 16.10 As licitantes que iniciaram suas atividades no exercício corrente deverão, em substituição ao Balanço Patrimonial, apresentarem o Balanço de Abertura.
- 16.11 As licitantes classificadas como Micro empresas e empresas de pequeno porte, não poderão, para fins da comprovação da qualificação econômica e financeira, substituir os balanços pela Declaração Anual de Imposto de Renda.
- 16.12 A não indicação pelos licitantes do critério de aferição da capacidade econômica e financeira exigida na fase de habilitação e, tendo o licitante apresentado apenas o Contrato Social, será entendido que o mesmo optou tacitamente pela comprovação do capital social mínimo.
- 16.13 A não indicação pelos licitantes do critério de aferição da capacidade econômica e financeira exigida na fase de habilitação e, tendo o licitante apresentado o balanço patrimonial, será entendido que o mesmo optou tacitamente pela comprovação do patrimônio líquido.
- 16.14 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:
 - 16.14.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
 - 16.14.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários e à Divida Ativa da União, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;
 - 16.14.3 Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, e
 - 16.14.4 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 16.15 Não se admitirá posterior complementação da documentação.
- 16.16 O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste edital quanto às condições de credenciamento, proposta de preços e habilitação, implicará na desclassificação ou inabilitação da licitante, conforme o caso.
- 16.17 No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pela licitante, prevalecerá este último.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

- 16.18 As empresas poderão remeter os envelopes por correio ou outro meio semelhante, com aviso de recebimento, desde que sejam recebidos no prazo previsto neste edital, não se responsabilizando o Município pela eventual perda dos prazos estipulados ou pela entrega em local diferente e pessoa diversa do setor de licitação e Pregoeira, respectivamente.
- 16.19 O Município não se responsabilizará por envelopes entregues a secretárias, recepcionistas ou em qualquer outra repartição do órgão, que não seja o Setor de Licitações.
- 16.20 Reserva-se o Município de Pimenta a faculdade de revogar, por razões de interesse público, ou anular, por ilegalidade a presente licitação, bem como o direito de adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e/ou abertura das propostas, descabendo em tais casos qualquer indenização às licitantes.
- 16.21 Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.
- 16.22 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 16.23 É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.
- 16.24 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato.
- 16.25 O contrato terá vigência por um período de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.
- 16.26 A presente licitação será processada e julgada com base na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Complementar 123/2006, nas demais normas deste Edital e seus anexos, aplicando-se ao contrato decorrente da presente licitação, além dos dispositivos legais previstos neste edital, as normas da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).
- 16.27 Os casos omissos e dúvidas com relação a presente licitação e a este EDITAL serão resolvidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 16.28 Informações adicionais poderão ser prestadas pelo telefone (37) 3324-1057, de segunda a sexta-feira, no horário de 9h às 17h, ou por email: licitapta@gmail.com.

Pimenta/MG, 02 de abril de 2018

Rinaldo Nicodemos Teixeira Pregoeiro



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 021/2018 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 015/2018

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, DECLARA que:
a) não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
b) não é o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica e não é empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
c) não possui nenhuma das vedações do Art. 9º da Lei 8666/93.
Por ser verdade, firmo a presente.
Local e data



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

<u>PROCURAÇÃO</u>

A sob o nº	, inscrita no CNF , com sede	و à
SOD 0 11		or
		nº
		,
(nacionalidade)	, (estado civ	il)
,	, (profissão) residente	á
	, pelo presente instrumento d	de
mandato, nomeia	e constitui, seu Procurador o Sr.	
	, inscrito no CPF sob o	nº
	e RG nº, (nacionalidad	e)
	_, (estado civil)	_,
(profissão)	residente	а
·	, a quem confere amplos podere	es
para junto ao Município	de Pimenta praticar os atos necessários para represent	ar
	o na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/201	
9	gais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, podere	
	de recursos, interpô-los, apresentar lances verbai	
•	emais condições, confessar, transigir, desistir, firm	
. ,	os, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelec	
•	ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bor	
firme e valioso.	ou dom receivad ac iguais poderes, aditad tade por bor	٠٠,
mino o vanoso.		

Local e data.

Assinatura e carimbo de CNPJ

Reconhecer firma assinatura



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 021/2018 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 015/2018

Α				, insc	rita no	CNP	'nJ
sob o nº			,	com	sed	le	à
		neste	ato	repres	sentada	a po	or
		inscrito	no	CPF	sob	o r	۱ ⁰
	e RG nº _			;	SSP/_		_,
(nacionalidade)		,		(estado		civi	il)
	, (profissão)			resid	lente	а
	,	DECLAR	A pai	ra fins d	lo disp	osto n	10
Inciso V do Art. 27 da Lei menor de dezoito anos er menor de dezesseis anos Ressalva:	m trabalho noturno,	•					•
Emprega menor, a partir (() Sim () Não	de quatorze anos, n	a condiçã	o de a	aprendiz	:		
Local e data							



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 021/2018 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 015/2018

Dec	laro, sob as pen	as da lei	i, a inexistência	a de f	atos ir	npedit	ivos que	obsta	culi	zem
a	habilitação	no	Pregão	n°	015	5/2018	da	e	mpi	resa
			-				, inscrita	no CN	ΡJ	sob
0	nº				,	С	om	sede		à
				, n	este	ato	repres	entada	ì	por
				, in	scrito	no	CPF	sob	0	n ^o
			e RG nº					SSP/		,
(nac	cionalidade)				,		(estado		(civil)
			, (profissa	ăo) _				resid	ente	e a

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 021/2018 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 015/2018

Α							, insc	crita no	C	NPJ
sob	0	nº				,	com	sed		à
				,	neste	ato	repres	sentada	a	por
				,	inscrito	no	CPF	sob	0	nº
				_ e RG nº ַ				SSP/_		,
(nacio	nalida	de)			,		(estado)	(civil)
				, (profissã	o)			resid		
			 		.,					

DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que *cumpre os requisitos* estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar. Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 021/2018 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 015/2018

Eu			,	ро	rtador	do
RG	e	CPF	,	•		,
representante	devidame	ente	constituído	da , inscr	em ita no CNF	npresa PJ sob
o nº _				com	sede	à
			_, DECLARO	cumprir	plenamer	ite os
requisitos de hat 015/2018, em aco					RESENCI	AL Nº
Por ser verdade,	firmo a prese	ente.				
Local e data						



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@amail.com

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 16.725.962/0001-48 com sede administrativa na Avenida JK, nº 396, na cidade de Pimenta – MG, neste ato representado pelo Prefeito, **Ailton Costa Faria.**

CONTRATADA:			inscrita	no CN	PJ sob c	número
			•			
,	neste	ato	representada	pelo	seu	sócio

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- I. Este contrato tem como fundamento a Lei 8.666/93 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.
- **II.** Aplica-se no que couber as disposições contidas no Decreto Municipal n. 1.672/2016.
- **III.** O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, e especialmente nos casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.
- IV. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018**, vinculando-se ao referido Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

- I. Aquisição de Um Veículo com Recurso da Emenda Parlamentar Proposta n°. 10449.004000/1160-03 para Aquisição de Equipamento/Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde "Saúde e Bem Estar", "Saúde e Bem Viver" e "Vida e Saúde" do Município de Pimenta/MG, nos termos do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 021/2018, Pregão Presencial nº 015/2018.
- II. Da Especificação detalhada do objeto:

Item	Descrição	Modelo	Marca	Unid	Quant.	V. Unit	V.Total
Valor total							

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

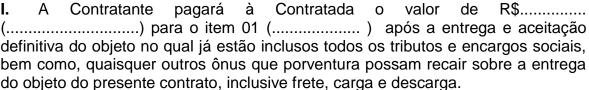
l.	O contrato terá vigência por um período 03 (três) meses, co	om termo inicia
em	// e termo final em//, podendo ser	prorrogado nos
term	os da Lei 8.666/93 e Legislações pertinentes.	

CLÁUSULA QUARTA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A entrega se dará de forma direta nos exatos termos do edital do **Pregão Presencial 015/2018**, seu Termo de Referência e o Contrato de **Recurso da Emenda Parlamentar - Proposta nº. 10449.004000/1160-03 para Aquisição** de Equipamento/Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde "Saúde e Bem Estar", "Saúde e Bem Viver" e "Vida e Saúde" do Município de Pimenta/MG.

- I. A "Nota de Autorização de Fornecimento" será expedida após a publicação do Termo de Contrato no Diário Oficial, e será enviada por correio eletrônico ao contratado.
- **II.** O veículo será recebido por servidor Municipal, para "**recebimento provisório**", o qual, neste ato, verificará a conformidade do equipamento com as especificações básicas visíveis, e dará o "**recebimento definitivo**", após aferição da qualidade e demais especificações detalhadamente, no prazo máximo de dez dias úteis.
- **III.** A entrega deverá ocorrer na Garagem localizada na Avenida JK, nº 396, Bairro Centro, Pimenta/MG.
- IV. O prazo de fornecimento/entrega será máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.
- A (s) Nota (s) Fiscal (s) referente ao objeto deste contrato deverá ser emitida em nome do Município de Pimenta/MG, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 16.725.962/0001-48 e devem mencionar: *Recurso da Emenda Parlamentar*
- Proposta n°. 10449.004000/1160-03 para Aquisição de Equipamento/Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde "Saúde e Bem Estar", "Saúde e Bem Viver" e "Vida e Saúde" do Município de Pimenta/MG.
- **V.** Processo Licitatório 021/2018 / Pregão Presencial 015/2018 / Contrato Administrativo 0..../2018.
- **VI.** São requisitos mínimos para a entrega/execução o atendimento ao disposto nos artigos 28 a 30 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO





ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

- **II.** O pagamento será efetuado à vista, após o recebimento e aceitação definitiva do objeto, mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(s) e consequente aceitação da(s) mesma(s).
- III. Caso se verifique irregularidades na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(s), será feita a devolução e solicitada outra(s) Nota(s) Fiscal(s), ficando, sem qualquer custo adicional para a Contratante que prorrogará o prazo de pagamento proporcionalmente à sua regularização.

CLÁUSULA SEXTA

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O preço do objeto do presente contrato é fixo e irreajustável.

CLÁUSULA SÉTIMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município no exercício em curso:.....

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES

I. Do Contratante

- a) Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- **b)** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- c) Exercer a fiscalização da execução e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n° 8.666/93;
- **d)** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- e) Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos no Contrato.

a) Da Contratada

- a) Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato;
- **b)** Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, a qualidade dos equipamentos, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as obrigações decorrentes do contrato.
- **c)** Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.
- **d)** Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- **e)** Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

I. A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as consequências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA DA CLÁUSULA PENAL

- **I.** As licitantes que direta ou indiretamente retirarem sua proposta comercial, seja integral ou parcialmente, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, incorrerão em multa equivalente à 10% do valor de sua proposta comercial.
- **II.** As licitantes vencedoras que, convocados para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, não assinarem o respectivo instrumento jurídico, estarão sujeitos á aplicação de multa equivalente à 10% do valor adjudicado.
- **III.** Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os Contratos/Ata de Registro de Preços celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as sanções legais:
 - **a)** Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 86 da Lei 8.666/93:
 - 1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por ocorrência;
 - 2. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por ocorrência, que poderá ser aplicado com a rescisão contratual;
 - **b)** Ficam estabelecidas as seguintes sanções e percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento de cláusulas contratuais, obrigações assumidas e/ou atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93:
 - advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;
 - **2.** multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:
 - a. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48 Email: licitapta @gmail.com

 b. 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, acrescido da multa constante da alínea "a" do inciso II do artigo 20 do Decreto Municipal nº 1.672/2016, com o consequente

cancelamento da nota de empenho ou documento

equivalente.

3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos:

- **4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- IV. Aplica-se no que couber, além das sanções do Decreto 1.672/16, as sanções administrativas previstas na Seção II, Capitulo IV da Lei 8.666/93, bem como as penalidades previstas Seção III, Capitulo IV da Lei 8.666/93.
- **V.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- **VI.** A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Pimenta, via Setor de Tributação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Município de Pimenta.
- **VII.** O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Município de Pimenta, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- VIII. A vencedora que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços ou celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata de registro de preços ou do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Pimenta e será descredenciada do CRC Municipal, pelo período de 05 anos, se credenciada for, sem prejuízo das multas previstas neste edital e nas demais cominações legais cabíveis, inclusive as penalidades previstas no Decreto 1.672/2016.
- **IX.** As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. **X.** Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GARANTIA

I. O Município dispensa a garantia do art. 56 da Lei 8.666/93, uma vez que o pagamento será efetuado após a entrega/execução do objeto.



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no Pregão nº 015/2018 e Recurso da Emenda Parlamentar - Proposta nº. 10449.004000/1160-03 para Aquisição de Equipamento/Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde "Saúde e Bem Estar", "Saúde e Bem Viver" e "Vida e Saúde" do Município de Pimenta/MG, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto á obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o Art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

I. O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

I. Fica eleito o foro da Comarca de Formiga/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, perante as duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Pimenta/MG, de de 2018.
MUNICÍPIO DE PIMENTA
CNPJ: 16.725.962/0001-48
AILTON COSTA FARIA - PREFEITO
CONTRATANTE
CNPJ:
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:
1
CPF:
2
CPF:



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 CNPJ:

PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº 021/2018. TIPO: MENOR PREÇO ITEM RAZÃO SOCIAL:	EN TE	IDERE	ÇO:				
OBJETO: Aquisição de Veículo con Proposta n°. 10449.004000/1160-03 p Permanente para as Unidades Básis "Saúde e Bem Viver" e "Vida e Saútermos do PROCEDIMENTO LICITATO 015/2018.	ara Aqu icas de íde" do	uisição Saúc Muni	o de E de "S icípio	quipar aúde e de Pir	mento/N e Bem menta/N	<i>Material</i> <i>Estar",</i> <i>IIG</i> , nos	
Da especificação detalhada do objeto):						
Item Descrição	Modelo	Marca	Unid	Quant.	V. Unit	V.Total	
VALOR TOTAL/GLOBAL DA PROPOSTA: R\$(
Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, ISSQN, IRRF se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre a execução/entrega do objeto da presente licitação, inclusive frete, carga e descarga que correrão também por nossa conta e risco.							
Declaramos que o prazo de validade da presente proposta é 60 (sessenta) dias.							
Declaramos que esta proposta, nos termos do Edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei 8.666/93 com suas alterações.							

Assinatura e Carimbo de CNPJ

É obrigatório a apresentação das marcas de todos os itens junto à proposta de

preços, sob pena de desclassificação.

Local e data



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA - TETO MÁXIMO

Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária

Objeto: Termo de Referência para Aquisição de Um Veículo com Recurso da Emenda Parlamentar - Proposta n°. 10449.004000/1160-03 para Aquisição de Equipamento/Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde "Saúde e Bem Estar", "Saúde e Bem Viver" e "Vida e Saúde" do Município de Pimenta/MG, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

Fundamentação: Conforme Lei 8.666/93, Lei 10.520/00 e Decreto Municipal nº 1.159/2013 e Instruções Normativas do TCE/MG apresentamos Termo de Referência com Teto Máximo de preços para a aquisição do objeto abaixo especificado.

Veículo Automotivo Tipo Passeio / Zero KM / Ano Mínimo de Fabricação 2017-Modelo 2018 ou Superior / Cor Branca / Maçanetas e Espelhos Retrovisores Externos na Cor do Veículo / Bicombustível (Álcool/Gasolina) / Motor com Cilindrada Mínima de 1.390 Cm³ / Potência Mínima de 105 CV (Etanol) / Rodas de Liga Leve R15 ou Superior/ Mínimo de 106 CV/ Direção Hortas / Travamento Elétrico nas 04 Portas / Travamento Elétrico nas 04 Portas / Travamento Elétrica Progressiva / Câmbio Manual 5V. Veículo de Passeio 0 Km / 05 Lug / Mínimo de 106 CV/ Direção Elétrica Progressiva / Mínimo de 04 Portas Laterais / Banco do Motorista com Ajuste de Altura / Capacidade Para 05 Passageiros Incluindo o Motorista / Cintos de Segurança Traseiros Central de Três Pontos / Ar Condicionado / Desembaçador Traseiro / Jogo de Tapetes Emborrachados / Mínimo de 04 Alto Falantes e 02 Tweeters / Trava Elétrica na Tampa do Combustível / Sistema de Som com Rádio FM, Bluetooth, MP3 Player e Entradas USB e Aux-in / Computador de Bordo / Totalmente Regularizado e Matriculado Junto ao DETRAN / Garantia Mínima de 12 Meses, sem Limite de Quilometragem / Literatura: Manual de Operação e Manutenção, Catálogo de Peças, Manual de Segurança, Manual do Proprietário, Manual de Serviço.

Valores: O preço médio foi encontrado através de média aritmética após pesquisa de preços com fornecedores do ramo pertinente. Assim, o preço estipulado na planilha acima é o valor máximo definido como teto máximo para esta licitação.

Recurso orçamentário: As despesas decorrentes da presente licitação correrão com Recurso da Emenda Parlamentar - Proposta nº. 10449.004000/1160-03 a conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município no exercício em curso: - Ficha 480 - 02.06.02.10.301.0009.2076.4.4.90.52.00 - Fonte de Recurso 1.53.00



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

Teto máximo: O preço de referência constitui teto máximo para a aquisição do objeto. Assim sendo, a licitação não poderá ultrapassar os valores unitários e globais estipulados no mesmo. Conforme permissivo legal do Art. 40, X da Lei 8.666/93.

Entrega: A entrega será feita, conforme "Nota de Autorização de Fornecimento" que será enviada com antecedência indicando o local para entrega. O veículo será recebido por servidor Municipal, para "recebimento provisório", o qual, neste ato, verificará a conformidade dos equipamentos com as especificações básicas visíveis, e dará o "recebimento definitivo", após aferição da qualidade e demais especificações detalhadamente, no prazo máximo de cinco dias úteis. A entrega deverá ocorrer na Garagem localizada na Avenida JK, nº 396, Bairro Centro, Pimenta/MG.

Pagamento: O pagamento será efetuado, à vista, após o recebimento e aceitação definitiva do objeto, mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(s) e consequente aceitação da(s) mesma(s). Caso verifique irregularidades na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(s), será feita a devolução e solicitada outra(s) Nota(s) Fiscal(s), ficando, sem qualquer custo adicional para a Contratante que prorrogará o prazo de pagamento proporcionalmente à sua regularização.

Prazo para entrega: O prazo de fornecimento/entrega será máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento que será enviada por correio eletrônico ao licitante vencedor.

Disposições Finais / Informações Complementares: Dúvidas sobre os orçamentos e ou especificação do veículo e demais necessidades, estaremos à disposição para esclarecimentos.

Pimenta/MG, 02 de abril de 2018.

Rinaldo Nicodemos Teixeira Pregoeiro



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DA OPÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 015/2018

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 021/2018

A empresa, inscrita
no CNPJ sob o nº, com sede à
, DECLARA que nos termos do item
6.2.4.2 do edital demonstrará a boa situação econômica financeira através da
comprovação da:
(citar uma das alternativas abaixo a qual a licitante optará):
a) pela comprovação do capital social mínimo correspondente à 10% do valo global estimado, nos termos do item 6.2.4.2.1 que será aferido com a análise do contrato social ou,
b) pela comprovação do património líquido mínimo correspondente à 10% do valor global estimado, nos termos do item 6.2.4.2.2 que será aferido com a apresentação do balanço patrimonial) ou
c) pela Comprovação da boa situação econômica e financeira com a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente assinado pelo profissional responsável pela contabilidade da empresa licitante, consubstanciada nos índices definidos no edital e conforme demonstrativo da boa situação econômico financeira constante do anexo X.
Por ser verdade, firmo a presente.
Local e data



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta@gmail.com

ANEXO XI

MODELO DE DEMONSTRATIVO DA BOA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Município de Pimenta/MG

Comissão Permanente de Licitação

Licitação: Pregão nº 015/2018

Procedimento Licitatório nº 021/2018

Demonstrativo da Boa Situação Econômico-financeira exercício de 20.....

1 - Índice de Liquidez Corrente (ILC) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

ILC=AC

PC

2 - Índice Liquidez Geral (ILG) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

ILG= AC+RLP

PC +ELP

3 - Solvência Geral - Igual ou maior a 1,0 calculado pela fórmula:

SG = AT

PC +ELP

4 - Endividamento Geral - Igual ou menor a 0,8 calculado pela fórmula:

PC+ELP

ΑT

Siglas:

AC= Ativo Circulante

PC=Passivo Circulante

RLP=Realizável a Longo Prazo

ELP=Exigível longo prazo

SG=Solvência Geral

AT=Ativo Total

Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data

Assinatura de representante legal Carimbo de CNPJ

Assinatura do Contador Carimbo/Nº de CRC



ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ Nº: 16.725.962/0001-48 Email: licitapta @gmail.com

Relação de itens